

## PLANO DE CURSO

### Nome do Curso

Financiamento de grupos minorizados

Ana Claudia Santano

### Docente

#### Mini currículo

Doutora e Mestre em Ciências Jurídicas e Políticas, Universidad de Salamanca, Espanha. Estágio Pós doutoral em Direito Público Econômico e Direitos Humanos (PUC-PR) e em Direito Constitucional (Univ. Externado, Colômbia). Integrante da Associação Internacional de Direito Administrativo (AIDA); da Associação Iberoamericana de Direito Eleitoral (AIDE); Membro fundadora da Red Latinoamericana de Investigadores sobre Estado de Derecho, Democracia y Derechos Sociales (REDESS) e membro fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenadora Geral da Transparência Eleitoral Brasil. Professora visitante na National Law University e na Govind Ramnath Kare College of Law (Índia). e na Universidad de El Salvador. Professora de direito constitucional, eleitoral, parlamentar e de direitos humanos em diversos cursos de especialização, mestrado e doutorado no Brasil e na América Latina

#### Link Lattes

<http://lattes.cnpq.br/6241908411721255>

## CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

**Modalidade:** EAD/síncrona, a ser disponibilizado também em formato assíncrono

**Carga horária:** 3 horas-aula

**Local de realização:** Ambiente Virtual de Aprendizagem – TSE

### EMENTA

1. Fundamentos Normativos para o Financiamento de Candidaturas de Grupos Minorizados; 2. Desigualdades Estruturais e Respostas Institucionais; 3. Perspectivas Comparadas e Desafios Práticos; 4. Competências da Justiça Eleitoral

### JUSTIFICATIVA

A representatividade política de grupos historicamente sub-representados e tidos como minoritários, como mulheres, pessoas negras e indígenas, ainda enfrenta barreiras estruturais na esfera pública, incluindo processos eleitorais. Isso se vê ainda mais marcado no acesso pouco equitativo a recursos financeiros de candidaturas que simbolizam tais coletivos. Sabe-se que o financiamento adequado é uma condição vital para a viabilidade das candidaturas e para o exercício pleno de direitos políticos na dinâmica eleitoral atual. É com base nessa premissa que esta unidade visa à necessidade de fortalecer o conhecimento da pessoas integrantes da Justiça Eleitoral sobre a aplicação das regras legais de ações afirmativas, as decisões do TSE e os mecanismos de fiscalização inclusivos, sendo algo essencial para garantir uma jurisdição eleitoral promotora da igualdade substancial nas eleições de 2026 e nas futuras.

### OBJETIVO GERAL

Identificar e aplicar critérios jurídicos e institucionais relativos ao acesso, distribuição, utilização e fiscalização de recursos em campanhas eleitorais de mulheres, pessoas negras e indígenas, com base nos princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação e do pleno exercício dos direitos políticos.

**PÚBLICO- ALVO**

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

**VAGAS E PROCESSO SELETIVO**

Até 500 (aula síncronas)

Vagas ilimitadas (aula assíncronas)

**PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO**

Objetivos específicos	Conteúdo programático	Metodologia	Carga Horária	Recursos	Avaliação
<p><b>Reconhecer as principais normas legais e decisões do TSE relacionadas às políticas de ação afirmativa no acesso e distribuição de recursos públicos de campanha.</b></p>	<p>Módulo 1 - Fundamentos Normativos para o Financiamento de Candidaturas de Grupos Minorizados</p> <p>1.1. Regulamentação do Fundo Partidário e Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) - Repasses específicos para candidaturas de mulheres, pessoas negras e indígenas</p> <p>1.2. Origem das políticas de ação afirmativa: litígio estratégico,</p>	<p>Aula síncrona com abordagem ativa e reflexiva;</p>	<p>45 min</p>	<p>Resolução 23607/2019, TSE Constituição Federal Lei 9504/97 Artigos científicos</p>	<p>Conforme plano de tutoria;</p>

	<p>convenções internacionais e diálogo institucional</p> <p>1.3. Normativa TSE sobre candidaturas femininas, de pessoas negras e indígenas</p> <p>1.4. Decisões estruturantes do TSE e STF sobre equidade de gênero, racial e étnica.</p>				
<p><b>Compreender e analisar criticamente as soluções construídas para a desigualdade no financiamento dessas campanhas</b></p>	<p>Módulo 2 - Desigualdades Estruturais e Respostas Institucionais</p> <p>2.1. Mecanismos de financiamento e perpetuação da subrepresentação de minorizados</p> <p>2.2. Análise judicial: aplicação dos princípios da igualdade material e não discriminação</p> <p>2.3. Iniciativas legislativas: Fundo Partidário 30% e verticalização FEFC</p>	<p>Aula síncrona com abordagem ativa e reflexiva</p>	<p>60 min</p>	<p>Resolução 23607/2019, TSE Constituição Federal Lei 9504/97 Artigos científicos</p>	<p>Conforme plano de tutoria</p>
<p><b>Examinar experiências internacionais a partir sinergias, potencializando a perspectiva brasileira de</b></p>	<p>Módulo 3 - Perspectivas Comparadas e Desafios Práticos</p>	<p>Aula síncrona com abordagem ativa e reflexiva</p>	<p>45 min</p>	<p>Resolução 23607/2019, TSE Constituição Federal Lei 9504/97</p>	<p>Conforme plano de tutoria</p>

<p><b>abordagem do problema</b></p>	<p>3.1. Modelos internacionais de financiamento afirmativo</p> <p>3.2. O caso brasileiro: avanços em 2026, limitações e jurisprudência do TSE</p> <p>3.3. Estratégias de fiscalização na prestação de contas</p>			<p>Artigos científicos</p>	
<p><b>Aplicar fundamentos jurídicos que orientem decisões judiciais voltadas à promoção da equidade no financiamento eleitoral</b></p>	<p>Módulo 4 - Competências da Justiça Eleitoral</p> <p>4.1. Papel fiscalizatório na efetivação da igualdade material</p> <p>4.2. Sanções por descumprimento das cotas de gênero, racial e étnica no FEFC</p> <p>4.3. Diretrizes práticas</p>	<p>Aula síncrona com abordagem ativa e reflexiva</p>	<p>30 min</p>	<p>Resolução 23607/2019, TSE Constituição Federal Lei 9504/97 Artigos científicos</p>	<p>Conforme plano de tutoria</p>

#### MATERIAL COMPLEMENTAR

Junto com a lista de referências, serão disponibilizados os seguintes materiais:

Café no Front Lilás, episódio da série de lives do Observatório de Violência Política Contra a Mulher, com mediação de Aline Ribeiro, membro do Observatório. A convidada é Roberta Laena, Doutora em Direito (UFRJ). Mestre em Direito Constitucional (UNIFOR). Analista Judiciária e integrante da Comissão de participação feminina do TRE-CE. Autora do Livro "Fictícias: candidaturas de mulheres e violência política de gênero", pela editora Radiadora, 2020. Link: <https://youtu.be/gEI03wkIvc?si=hUHwuUL-SZw7q-68>

Podcast: A ameaça silenciosa à participação das mulheres na política, com Helena Salvador, do Pacto pela Democracia, para o A Pública. Link: <https://apublica.org/podcast/2025/08/podcast-pauta-publica/aameaca-silenciosa-a-participacao-das-mulheres-na-politica/>

Podcast: As Alziras do RN: Lugar de Mulher é na Política | VídeoCast | Vozes da Inovação Eleitoral, com a professora de Direito da UFRN, Mariana de Siqueira, e da servidora do TRE-RN, Sheila de Araújo. Link: <https://youtu.be/xQ25GzlyWcw?si=rIr9-o4--y534vXz>

Podcast Guilhotina, do Le Monde Diplomatique Brasil”. Episódio “Mulheres indígenas em espaços de poder”. Link: <https://podcasts.apple.com/us/podcast/mulheres-de-luta-1-mulheres-ind%C3%ADgenasem-esp%C3%A7os-de-poder/id1443498385?i=1000677786350>

### ATUAÇÃO DE TUTORES E TUTORAS

Promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

### ATUAÇÃO DE PARTICIPANTES

Participar das atividades, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

### AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

### CRITÉRIOS PARA CERTIFICAÇÃO

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá assistir as videoaulas, ler os materiais e responder a avaliação de reação do curso.

### BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Ligia Fabris. Litígio estratégico para igualdade de gênero: o caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 1, p. 387-415, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39816>.

EVANGELISTA, Gildene Pequeno; BERG, Gláucia Bertocchi Faria; OLIVEIRA, Marcos Heleno Lopes; PEREZ, Olivia Cristina. Aumento de candidaturas de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ e as alterações nas regras eleitorais. *Estudos Eleitorais*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2025. Disponível em: <https://revistaeje.tse.jus.br/estudoseleitorais/article/view/310>

LÓSSIO, Luciana. Participação de mulheres na política e candidaturas femininas. In: SANTANO, Ana Claudia; PEREIRA, Rodolfo Viana; SILVEIRA, Marilda de Paula; COSTA, Tailaine Cristina. *Proposições para o Congresso Nacional: reforma política*. Brasília: Transparência Eleitoral, 2020. p. 137-147. DOI: 10.29327/526493.

MARQUES, Danusa e BIROLI, Flávia (orgs.). *Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres?* In: ATENEA- Brasil: por uma democracia 50/50. ONU mulheres; PNUD Brasil e IDEA Internacional. 2019. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA\\_Brasil\\_FINAL.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf) Acesso em 10 de março de 2023.

OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER. *Nota técnica sobre a PEC 18/2021*: Comentários sobre a PEC 18/2021 e parecer apresentado pela Relatora no âmbito da Comissão Especial da Câmara dos Deputados. 2022. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/observatorio-deviolencia-politica-contra-a-mulher/>

PEIXOTO, Vitor de Moraes; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 102, p. 155-171, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/TnKTxD8TL3Kqg58CdWfcV5n/> Acesso em: 15 mar. 2023.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (org.). *Mulheres, poder e ciência política*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. v.1, p.75-108.

SACCHET, Teresa. et al. Não é só sobre dinheiro: diferentes dimensões do financiamento eleitoral em perspectiva de gênero e raça no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 44, p. e291774, 2025.

SANTANO, Ana Claudia. Uma análise desde o ponto de vista econômico da legislação referente ao financiamento da política no Brasil. *Direito Público*, nº 17, 2020.

SANTANO, Ana Claudia; MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. *EL Sistema Político Brasileño desde la perspectiva de la inclusión: Logros y Desafíos*. 2021. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/2021/02/24/el-sistema-politico-brasileño-desde-la-perspectiva-dela-inclusion-logros-y-desafios/>

SOUSA, Juliana; EDUARDO, Maria Cecília; SOUZA, Juliana. Quando o pouco não chega a muitas: análise inicial da distribuição dos recursos públicos de campanha para a Câmara dos Deputados em 2018 no Brasil. *Ex aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, v. 41, p. 53-69, 2022. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2022-01/04-maria-cecilia-eduardo-e-julianasouza.pdf>

## ANEXOS

Não há